Posse do Sócio Efetivo Oswaldo Evandro Carneiro Martins

1. Saudação

Caio Lóssio Botelho

Cumprindo a agradável solicitação do nosso Presidente, General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, aqui estamos, para saudar o nosso novo sócio efetivo do Instituto do Ceará, o Professor Oswaldo Evandro Carneiro Martins.

O ilustre recipendiário conseguiu com brilhantismo bacharelar-se em três áreas significativas do Ensino Superior: Engenheiro-Agronômo pela Universidade Federal do Ceará, Licenciado em Filosofia Pura, pela antiga Faculdade Católica de Filosofia e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela nossa Faculdade de Direito.

O Professor Oswaldo Evandro Carneiro Martins, graças a sua obstinação e competência, desempenhou funções de alta relevância no contexto educacional e administrativo do nosso Estado. O seu vigor intelectual pode ser avaliado pelas diversas funções e atividades exercidas com brilhantismo e denôdo como:

- Ex-Professor da Faculdade de Agronomia – Universidade Federal do Ceará;
- Ex-Professor da Universidade de Fortaleza;
- Ex-Administrador da Unidade Avançada José Veríssimo, da Universidade Fluminense de Óbidos, no Estado do Pará;
- Ex-Assessor Técnico do Sistema Nacional de Emprego e da Secretaria de Cultura do nosso Estado.

Pela sua produção científica, o Professor Oswaldo Evandro, ingressou nas seguintes Associações Culturais:

- Sociedade Cearense de Geografia e História;
- Academia Cearense de Ciências;
- União Brasileira dos Trovadores – seção de Fortaleza.

Dentre as diversas obras científicas podemos destacar as seguintes:

- *Ensaios Marxistas de Antropologia Filosófica* (O Autor e o Ator) – 1994;
- *Memória Pró-Conservação de Recursos Naturais* – 1966;
- *Sobre o Proletariado de Fortaleza* – 1993.

Além destes livros o Professor Oswaldo Evandro Carneiro Martins, publicou vários trabalhos e monografias de muito conteúdo científico, dentre os quais se destacam: – Da Avaliação Estrutural da Terra; – Geometrias Não Euclidianas; – A Origem da Vida Biológica; – Raimundo Girão; – A Consicência Ecológica; – Zonas Francas (Método de Avaliação); – Uma Teoria Social da Seca; – Da Avaliação do Desempenho; – Marx como Filósofo; – Ontologia do Ser Social e o Juízo de Valor.

A análise dos seus trabalhos de pesquisas denota o espírito de investigação científica do competente Professor e que evidencia também a visão metodológica de uma interpretação crítica à luz da Ciência. Suas obras retratam mesmo a evolução do conhecimento, com fundamento não só dentro da Teoria da Ciência do Comportamento, mas também, e notadamente, no campo das Ciências Naturais e especialmente na Ecologia.

O Dr. Oswaldo Evandro Carneiro Martins vai ocupar a cadeira de nº 19, do Dr. Mozart Soriano Aderaldo, sendo este último maranhense de nascimento, mas cearense de coração. O historiador Mozart Soriano Aderaldo, se destacou na cultura do Ceará, não só pela sua inteligência, mas sobretudo pela sua visão científica do espaço social. Era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Ceará, fez Mestrado em Administração na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Doutourou-se em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará.

Ocupou relevantes funções públicas em nosso Estado, foi Assistente Jurídico da Secretaria de Agricultura do Ceará, Consultor Jurídico do nosso Estado, Ministro (depois Conselheiro) do Tribunal de Contas do Ceará, onde em 1973 ocupou a sua Presidência, Professor Catedrático, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, da Universidade Federal do Ceará.

No terreno político administrativo, exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Senador Pompeu em 1939, foi o primeiro Suplente de Vereador do Partido Social Democrata (PSD) na Câmara Municipal de Fortaleza de 1955 a 1958.

Como Jornalista exerceu essa atividade com descortínuo e brilhantismo, não só no Ceará como no Rio de Janeiro.

Em nosso Instituto do Ceará chegou o Dr. Mozart, a ocupar a Presidência desta respeitável Instituição.

Atuou ainda como: Membro do Conselho Estadual de Cultura do Ceará, Sócio Efetivo da Sociedade Cearense de Geografia e História, foi ainda Membro dos Institutos Históricos e Geográficos de Pernambuco, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Foi Sócio da Academia Cearense de Letras e também Sócio Correspondente da Academia Maranhense de Letras. Publicou mais de três dezenas de livros, dentre os quais destacamos os seguintes: *A Posição do Escritor na Reconstrução do Mundo* – 1947; *Esboço de História da Literatura Brasileira* – 1948; *Colonização das Terras Devolutas do Ceará* – 1949; *Livros e Idéias* – 1954; *Administração como Instrumento do Progresso* – 1966; *Rolins, Cartaxo e Afins* – 1971; *História Abreviada de Fortaleza* – 1974; *O Liceu do Meu Tempo* – 1977; *Nos Cento Cinquenta e Seis Anos da Independência do Brasil* – 1979; *No Mar de Tiberíades* – 1984; *História Literária do Ceará* – 1986; *A Praça* – 1989; *O Cacto Amarelo* – 1990, etc. O Professor Mozart era Membro do Grupo Clã.

Quanto à cultura do Professor Mozart Soriano Aderaldo faço minhas as palavras do Presidente da Academia Cearense de Letras, Professor Artur Eduardo Benevides, quando diz a seu respeito: "É uma das inteligências mais lúcidas que conheço, com excepcional contribuição ao desenvolvimento da cultura cearense, sobretudo no Ensaio Literário e Sociológico e na pesquisa de conteúdo histórico, sempre a serviço dos altos ideais do espírito e da verdade. Escritor e pesquisador dos mais sérios, consciente da importância histórica dos que servem, com dignidade, à Literatura, ele constrói uma obra marcada por excelente lastro filosófico e uma cosmovisão que se apoia na contemplação do eterno".

Era assim, o Professor Mozart, inegavelmente, um homem de uma sólida cultura humanística. Possuía uma visão profunda da História, por isso os seus trabalhos de pesquisa estudava o homem não só na sua existência, na sua essência e até mesmo na sua transcedência. Fazia ele uma análise do ser humano na sua organização social passando pelos fundamentos da organização moral, e destacando que por detrás do ser que existe, do ser existencial está a sua essência. Retratou com proficiência em seus diversos trabalhos não só a visão das correntes doutrinárias do estudo do homem, mas também os seus principais sistemas de organização, o *espiritual*, o

moral, o jurídico e o político. Fez um estudo interpretativo da essencialidade do homem na sociedade cearense.

Para nós, a essencialidade do homem ao longo da História, se caracterizou de formas marcantes e variadas, assim é que na 'Idade Antiga' se ve rificou a supervalorização do homem cosmo numa postura mística, na 'Idade Média' a supervalorização da religião, na 'Idade Moderna' a supervalorização da razão, na 'Idade Contemporânea' se constata a supervalorização do capital, e na atualidade a supervalorização concomitante do capital e da técnica, que estão lamentavelmente, esmagando o homem. Daí a necessidade atual de integrar o homem no contexto da sua realidade cósmica, ôntica, cultural e social.

Destacamos que a História se projeta através dos diversos enfoques no decorrer dos tempos, desde a *visão "geocêntrica e cosmogênica"*, como a *fase pré-Socrática*; a "*Teocêntrica*" com o *transcendentalismo helênico e cristão*; a "*Antropocêntrica*" como a do *Iluminismo e Racionalismo*; a "*Conceitualista*" com Hegel e Kant; até a "*Existencialista e Fenomenológica*", como os dos dias atuais, com: Jean Paul Sartre, Albert Camus, Gabriel Marcel.

A História nos diz que é no mundo das **essências** que se pode encontrar a luz que nos permite compreender **todas as cousas** e o modelo de comportamento para os **atos humanos**; e acrescentamos ainda, que a *riqueza*, a *técnica*, a *cultura*, o *direito*, são valores, mas somente quando *estiverem a serviço do homem*.

O Professor Oswaldo Evandro Carneiro Martins, é realmente uma autoridade na Ciência Ecológica, os seus trabalhos, como: Memória Pró-Conservação dos Recursos Naturais e Consciência Ecológica, marcam profundamente o interesse pela ecologia cearense.

Dentro da visão geográfica dois espaços se interpõem, se interagem num processo mútuo de ação e reação contínua: de um lado, o *espaço natural*; de outro lado, o *espaço social*, de cuja síntese dialética resulta o *espaço geográfico*, fruto da ação humana.

Por isto, podemos afirmar que o *espaço natural* é uma realidade objetiva, onde um conjunto de relações entre os componentes físicos e vivos conferem uma auto-organização em resposta às excitações emanadas do meio. Contudo, o "optimum ecológico" inexiste hoje; o mundo em que vivemos é muito mais artificial, feito pelo homem, através de um planejamento funcional.

O espaço geográfico resulta da ação humana. Esta ação originária de uma organização evolutiva formou e liberou um novo espa-

ço (espaço civilizatório ou cultural) para nele integrar a História. Daí por que dizemos que o espaço geográfico é apoiado no substrato físico. Aqui as relações dialéticas que o homem estabeleceu com o meio ambiente teve como síntese a ordenação do espaço.

Se o *espaço geográfico* deve a sua *matéria* ao *espaço natural*, também *recebe da sociedade a finalidade* e a informação, elementos que devem concorrer para a realização humana.

O *espaço geográfico* nasce da projeção do *sistema sócio-cultural* sobre o *sistema ecológico*, é uma projeção ativa conforme as exigências do objetivo a atingir, como quer Isnard.

Ele resulta mesmo de um conjunto de elementos em interação, e é nessa *interação* que ele, alimentado por múltiplas dependências, estrutura o espaço, a sua identidade, a sua personalidade. Todas essas forças convergem para a formação de um comportamento intencional, cujo sistema espacial só atinge a sua finalidade pela *divisão* e ordenação do *trabalho* entre os seus componentes, que resultam da sociedade humana. Ao contrário, os *ecossistemas* se organizam espontaneamente, num equilíbrio estável, enquanto o *espaço geográfico* é organizado pela sociedade, para responder a um projeto que ela própria concebeu, porém assentada no meio natural.

Com o aparecimento do homem, começa a História da Terra, a qual resume no *recuo do espaco natural* em face da *expansão do espaço geográfico*, como uma decorrência da aceleração da civilização industrial, a qual permitiu o rápido crescimento de uma sociedade humana, equipada cada vez mais para organizar o seu meio em função dos seus projetos. Em função disto, o *tempo cósmico* foi *substituído* pelo *tempo social*, ritmado segundo a influência de cada sociedade.

É de lamentar que hoje, na organização espacial, um só elemento domine a sua estruturação, isto é, o valor da produção econômica, em detrimento de outros elementos que compõem a complexa sociedade humana.

Realmente, *não podemos travar o progresso da ciência e da técnica, mas podemos oreintá-lo* para a descoberta de soluções que se tornem solidárias com o desenvolvimento da economia e a salvaguarda da vida, isto é, um *ecodesenvolvimento*,o qual se produzirá dentro de um *geossistema*, visto que a civilização industrial desequilibrou o espaço geográfico, aprofundando a oposição entre o espaço agrícola e o espaço urbano.

Sabemos que a '*Ecologia*' é o estudo da estrutura e função da natureza, através da análise e interseção do meio físico e do meio biológico, acompanhada da ação humana. Por isto afirmamos, que a '*Ecologia*' pode ser considerada o "metabolismo" da natureza . Não devemos esquecer que a Terra é um ecossistema finito, daí porque devemos economizar a natureza, visto que a Ecologia é o "combustível" da vida.

A biosfera (natureza) existe e sobrevive através de um delicado **equilíbrio** de força *auto-regulador* e *auto-preservador*, que se alterado pelo uso abusivo e desordenado da **tecnologia**, pode *romper o equilíbrio* terrestre.

Ressalte-se que, os *seres humanos* tiveram muito mais *sucesso em dominar a natureza*, do *que o seu auto domínio*, para desenvolver um processo de relações uns com os outros, capaz de promover o **bem-estar social** da humanidade.

A biosfera atual, até agora, foi o único "habitat" natural do homem, mas o poder material e tecnológico da humanidade aumentou de tal ponto, que poderá tornar a Terra inabitável, caso a humanidade não empreenda agora uma **ação conjunta**, para *conter a poluição do meio ambiente*, gerada pela ganância cega do lucro. Note-se que, a biosfera é finita, não é auto suficiente.

Convém ressaltar que a **humanidade é um ramo da natureza**. Durante os cem mil últimos anos, a Terra sofreu o desafio da **seleção natural**, mas hoje foi **substituída** pela **seleção humana**, fruto da tecnologia; e na medida que o **homem** conseguiu *substituir a seleção natural* pela *seleção humana*, reduziu o número de espécies sobreviventes, e por isto mesmo, **se expõe, ao brincar** com o controle da **natureza**.

A **ecologia** é o "metabolismo" da natureza; *afrontá-la* é concorrer para o *desequilíbrio de nosso planeta*, o *"habitat" natural do homem*. Assim, torna-se imperioso conhecer as repercussões negativas e nocivas da **tecnologia** sobre o meio ambiente. Por tudo isto, parece um paradoxo que o **homem corra para ser salvo pela tecnologia, e depois para ser salvo da tecnologia.**

Destaque-se que, o **homem** é a primeira espécie de ser vivo em nossa biosfera que adquiriu o **poder de destruí-la**, podendo assim **liquidar a si mesma**. Como organismo psicossomático, **ele está sujeito às leis inexoráveis da natureza**, como todas as outras formas de vida, por isto, cabe ao homem **preservar a biosfera** sob pena de **destruir a humanidade**.

Na natureza não existe fatores isolados, mas só **fatos interligados**, que provocam a **modificação um no outro**. Daí tornar-se difícil dizer qual o fato mais importante.

Se **não somos donos** da pureza do ar, do resplendor das águas dos rios, lagos, mares e a exuberância da flora, fauna e solo, como então poderemos destruí-los? *Somos parte da Terra e ela é parte de nós.* A voracidade e a ganância do homem, em explorar abusiva e desordenamente a natureza, deixará inexoravelmente à nossa posteridade privada de uma **ecologia ideal**. Teremos de fazer algo para *reverter* este quadro, *antes que a natureza morra*. A *Terra é a nossa morada*, se continuarmos *poluindo-a*, seremos *sufocados* pelos seus próprios *dejetos*. Nunca esqueçamos de como era esta Terra quando dela tomamos posse. Com toda a sua força e seu poder, conserve-a para os seus filhos e ame-a como nossa morada.

A natureza, como vemos, é fruto de integração e organização espontânea do espaço, num equilíbrio estável. O *tempo cósmico* rege, inexoravelmente, a conduta de seus componentes. O *espaço natural* é uma realidade objetiva onde um *conjunto de relações* entre os *componentes físicos* e *vivos*, e que conferem uma auto-organização em respostas às excitações emanadas do meio.

No passado o equilíbrio do espaço natural gerou o *"optimum" ecológico*, porém com o aparecimento das civilizações *(técnicas) este equilíbrio foi gradativamente rompido* e o "optimum" ecológico hoje inexiste, na maioria do nosso Planeta.

Na infância da humanidade, quando a sedimentação e a estratificação mental (psicológica) do homem não havia atingido o seu equilíbrio, o homem não podia fugir da ação direta e indireta da natureza exterior (meio físico), aí o meio natural moldava na vida dos nossos grupos humanos marcas indeléveis, fenômenos a que poderíamos chamar de **naturalização do homem**. Tal afirmativa poderia ser constatada através do linguajar, da literatura, da arte, da música, dos usos e costumes etc., que diferenciaram as diversas regiões e sociedades humanas.

Quando, porém, os grupos humanos lograram superar o meio, exprimindo o seu domínio sobre o ambiente natural, efetivando um processo de **humanização da natureza** (na região) pela submissão desta à sua técnica, criando um clima e um padrão de vida que se independentizaram das forças diretas da natureza, criaram nesse momento, a **civilização**; mas esta civilização, com o **radicalismo tecnológico**, começou a desestruturar os ecossistemas, através da

ação tecnologica exagerada do homem, ameaçando a ruptura do meio ambiente.

Com o *aparecimento do homem*, começa o *recuo* do **espaço natural** (o ecossistema) e a expansão do **espaço geográfico ou civilizatório**, como uma decorrência da aceleração da civilização industrial, equipada cada vez mais com instrumentos tecnológicos sofisticados, esmagando destarte a natureza, a tal ponto que o **tempo cósmico** (Hora Astronômica) foi substituído pelo **tempo social** (Hora Legal, Hora de Verão, etc.) ritmado segundo a influência de cada sociedade.

A ameaça da ruptura do equilíbrio ecológico, impõe, hoje, a necessidade de uma **renaturalização do espaço**, pois nunca devemos esquecer que a humanidade é um ramo da natureza, que hoje se encontra ameaçada pela seleção tecnológica ("Selva de Pedra") reduzindo, assim, o número de ecossistemas em nosso Planeta. Por isto, torna-se imperioso reconhecer, também as repercussões negativas e nocivas da tecnologia sobre o meio ambiente. Cabe ao homem preservá-lo sob pena de destruir a humanidade. Daí a necessidade da **renaturalização do espaço pelo homem**. Não podemos nos omitir. Lamentavelmente, o mundo toma consciência do fiasco de um sistema que tem no '*consumo*' a finalidade suprema, deixando o indivíduo cada vez mais *desintegrado*, isto é, dando prioridade ao TER sobre o SER.

O importante é como diz Moliére: "Não é só o que fazemos, mas também o que não fazemos, que nos tornam responsáveis". Companheiros, **renaturalizem a sociedade humana**. Por tudo isto, dizia um pensador alemão: **"É preciso naturalizar o homem e humanizar a natureza"**. A Ciência Natural se associará um dia à Ciência do Homem, da mesma maneira que a Ciência do Homem se unirá à Ciência Natural.

Do exposto se deduz que a História da Terra e da Humanidade passou por três fases distintas:

a) **Naturalização do Homem e da Sociedade** – período em que a cultura da humanidade refletia a ação do meio natural;

b) **Humanização da Natureza** – fase em que o homem domina o meio natural, com a técnica. Este período atinge o seu clímax com o aparecimento das *megalópolis*, que lamentavelmente se transformam em sua maioria em *"urbis" patológicas*;

c) **Renaturalização do Homem** – período iniciado nesta década, onde o homem para sobreviver tem necessidade imperiosa de *reencontrar as suas origens naturais*, preservando, *conservando* e economizando a *natureza*, visto que, ela é o grande "combustível" da vida. Nesta fase importa fazer o '*ecodesenvolvimento*', isto é, o *desenvolvimento tecnológico apoiado em bases ecológicas*, o qual se fará através de uma formação consciente do problema, degradação ambiental X tecnologia, por meio de uma boa formação ecológica.

Não nos esqueçamos o que dizia René Dubois: "O homem modela-se a si próprio pelas decisões que toma para modelar o seu meio".

Por tudo isto, concluímos que a História se repete, porém, em planos diferentes, isto é, o progresso se realiza de forma helicoidal como nos ensinava Bergson.

Cabe a todos nós uma melhor compreensão deste fato, através da criação de uma mentalidade ecológica.

Para a defesa da natureza, imperioso se torna que cada um de "per si" e cada comunidade em particular, se engajem neste movimento tão meritório através de *Projetos para a Natureza* (Fórum, Seminários, Debates, etc.), na

sua rua, no seu bairro, na sua cidade, no seu município, criando uma consciência ecológica, a fim de que hoje, a urbanização acelerada, a explosão demográfica e os diversos tipos de poluições, requeram a atenção da comunidade. Não podemos permanecer cegos e indiferentes, ante as contínuas agressões, destruições e devastações da natureza. Este fato se constitui *um dos maiores desafios de nosso final de século.*

Por que não seremos capazes de defender e preservar a natureza, oferecendo ao mundo uma melhor qualidade de vida? Seis áreas básicas merecem atenções das comunidades:

a) Destruição da Flora;

b) Agressão à Fauna;

c) Destruição do Solo;

d) Poluição do Ar Atmosférico;

e) Contaminação das Águas;

f) Devastação dos Recursos Naturais.

Devemos orientar a comunidade através de *processos educativos*, por meio da televisão, rádio, jornal, em tudo que for preciso, para o controle dos abusos contra a natureza, daí a importância de se introduzir disciplinas como: Ecologia, Recursos Naturais Não-Renováveis, Estudos Regionais, nos três graus de Ensino e até mesmo em Cursos Específicos de Graduação em Ecologia e Planejamento Regional, para se criar uma nova mentalidade ecológica, sobretudo no Nordeste Semi-Árido.

Daí porque tinha razão o grande pensador chinês Kuant-Tzu quando dizia:

"Semeando, uma vez, um grão, colherás uma vez,
Plantando uma árvore, colherás dez vezes:
Educando o povo, colherás cem vezes."

Professor Oswaldo Evandro Carneiro Martins, este Sodalício o acolhe com muito prazer, considerando não só os seus méritos, mas sobretudo, a dignidade de suas aspirações, a pureza de suas intenções e a lucidez de seu espírito, vivenciados em suas marcantes atividades, quer no magistério, quer no mundo das Letras. Por tudo isso, prezado Oswaldo Evandro, temos certeza, não só da sua convivência fraterna, em nosso querido Sodalício, mas sobretudo, na sua contribuição científica, que irá sem dúvida alguma desenvolver admiravelmente em nossa querida Instituição centenária.

2. Compromisso

Oswaldo Evandro Carneiro Martins

Quatro objetivos na minha alça de mira teórica: o Instituto do Ceará, o nome do professor Mozart Soriano Aderaldo, a personalidade do professor Caio Lóssio Botelho, e este orador. Como foi dada a ordem, resta-me atingir esses alvos, todos enfiados, ainda que, quanto ao último, o quarto, possa haver tiro pela culatra. Preambularmente, porém, penitencio-me, se referida ordem não puder ser cumprida, se eu errar os alvos que me propus.

Esta entidade acadêmica pontificou nas Ciências Sociais e continua a fazê-lo. Isto por definição. Ela assume o papel de agente axiológico no campo que o filósofo francês Louis Lavelle chama de valores intelectuais – distintos dos econômicos, dos orgânicos, dos estéticos, dos morais e dos religiosos. Efetivamente aqui não se congregam como tais: administradores, biólogos, artistas, políticos ou místicos, mas dentre esses os que são, sobretudo, cientistas sociais.

Perigos rondam o intelecto que se abroquele contra o condicionamento social do saber, e que se afeiçoe ao exercício restrito da ciência, e que superestime o que Aristóteles chamou de saber esotérico, isto é, que não se deveria deferir a pessoas despreparadas. Trata-se aqui, respectivamente, de três atitudes – que se podem denominar didaticamente de cientificismo, profissionalismo e extensionismo – afetas ao culto do moderno (*pré*, *pró* e *pós*), à corrida do recente e ao controle da voga.

Os membros do Instituto do Ceará podem ver o homem cronotopicamente, ou seja, em função de fatos que se datam, se situam e se contextualizam. Não é casual que, como intelectuais, integrem aqui um sistema fundado no trinômio História, Geografia e Antropologia, o qual evidencia o homem – suas etapas, seu meio e sua comunidade.

O Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) é, assim, único a enfeixar nesta terra a possibilidade de sobrevivência do polímata, o último dos quais, numa acepção de latitude máxima, talvez tenha sido Pompeu Sobrinho. Pena é que a sociedade tenda a uma inelutável preamar de descompletitude e tecnicismo, onde nada se faz sem o prerrequisito do gabinete fechado, do laboratório hermético, da oficina catecismal – em suma, da incidência e reincidência num feudalismo fracionante, elitista, escrupuloso e corporativo.

O Instituto do Ceará tem sido desde o final do século XIX a mais forte expressão de um esforço por reunir os nossos melhores intelectuais voltados ao conhecimento científico. Este grêmio e sua revista têm oferecido às Ciências Sociais clima favorável, ou melhor, um microclima, que vige apenas entre as alas do seu cenáculo e nas páginas do seu órgão publicitário, tão grandes são os fatores limitantes – radicados nas lacunas do hábitat humano e decorrentes do atraso, do subdesenvolvimento, da pobreza e da própria consciência social jungida ao ramerrão.

Enfatizam muito os arraiais universitários a integração e pluridepartamentalidade, máxime para efeito da pesquisa científica, mas realmente não se diligencia por educar e cultivar as mentes. Muito ao contrário disto, aliena-se e entrega-se aos computadores a missão pedagógica – premente e essencial – de jogar simultaneamente com muitas variáveis, o que a ciência exige e ao que o progresso impele. A atitude do homem continua a mesma, desde quando conquistou a visão convergente no curso da sua evolução filogênica: ele só vê um objeto – ou objetivo – à sua frente, enquanto um asno enxerga o mundo tanto à esquerda como a direita, ao mesmo tempo.

A senda trilhada mais vivenciadamente neste Instituto por Pompeu Sobrinho tem sido padrão em muitos outros, incluído o meu antecessor, Mozart Soriano Aderaldo. Todavia, cada vida é sempre uma saga, neste reino da autodidaxia, da diáspora e do individualismo intrépido, aventureiro, irrequieto e inconformado com a falta de opções, de perspectivas, de possibilidades de realização pessoal. A nossa indigência mais acentuada se expressa na quase inexistência de pesquisa científica. Embora o Departamento Nacional de Obras contra as Secas, o Banco do Nordeste do Brasil e a Universidade Federal do Ceará tenham querido consecutiva ou cumulativamente resolver esse problema, ainda não temos mercado de trabalho para cientistas. Houve, porém personalidades singulares, esporádicas e idiossincrásicas a quem render-se empática e mimeticamente, mas nunca sob reais condições objetivas e subjetivas. Ninguém havia que se assentasse numa rigorosa estrutura organizacional, que pudesse criar uma geração ou dinastia intelectual, que possibilitasse o advento e autonomia de um próspero patrimônio material e moral, que em verdade insuflasse na consciência social um sopro de emancipação. Uma escola, isto não houve como organismo, como pensamento e ação, como cultura dinâmica, como vetor da ciência. Justiça se faça, porém, àqueles que incipientemente pesquisaram e poderiam ter sido chefes de escola, por seus ensaios, iniciativas e pruridos nesse sentido, como Dias da Rocha, João Ramos, Joaquim Eduardo de Alencar, Rui Simões de Menezes e pouquíssimos outros. Em essência, desconheciam-se entre nós coisas que significassem discípulo, equipe, *esprit de corps*, tradição de pesquisa e, finalmente, escola.

Cada qual tinha, portanto, que viajar como aquelas embarcações menores – montarias, motores, barcos mistos (a vela e a remo) e regatões de pequeno porte – fazem no rio Amazonas, a navegar pelos paranás ou braços potamográficos do gigantesco caudal, esquivando-se da marola e da correnteza e protegendo-se pelas margens contra os temporais que desabam na região. Uma semelhança: o indivíduo humano se põe sob garantia de um grupo social onde se insere, o qual poderia ser a escola ora referida, que é então substituída por personalidades e instituições. Essas implica-as Mozart, ele próprio, na plaqueta *Minha Árvore Genealógica*: os seus paranás foram a igreja católica (*verbi gratia* Dom Antônio de Almeida Lustosa) e o partido do poder (*verbi gratia* José Martins Rodrigues), ambos, as instituições e as personalidades, altas expressões da sociedade cearense de então, o que não é desdouro algum, não desmerecendo a quem como ele era dono de portentosa bagagem intelectual e de peregrino talento pessoal.

Mozart se punha sob o pálio eclesiástico, fustigado pelo granizo do livre pensamento, do positivismo e do marxismo. O seu mentor foi Tristão de Ataíde e seu profeta, Jacques Maritain, nos quais se escudou na luta incruenta e dos quais houve as vestes talares e distintivas perante o concerto do integralismo. Assim, atravessou em incolumidade a juventude e suscitou-se a luz própria que lhe mostrou caminho no Estado, na Universidade, no Instituto do Ceará, na Sociedade cearense. Qual Daniel, que foi ministro de vários reis estrangeiros e permaneceu leal ao povo hebreu, Mozart, onde estivesse, quer lucubrando poeticamente, quer exercitando o seu altamente qualificado trabalho intelectual, foi fiel à gente cearense, à verdade histórica e ao dever telúrico.

Ante a imagem que atrás usei sobre o homem – ser psíquico – em contraste ao asno – ser biótico – se referida ela a Mozart, dir-se-á que ele visava a frente e o retrovisor, enquanto seguia pela direita atento à esquerda. As suas coordenadas mediam-no em todas as dimensões, incluído o tempo, razão por que, como sói acontecer só raramente hoje, nunca se bandeou para o moderno e, muito menos, para o modernoso. Em todos os aspectos era um lídimo homem público, que se aureolava com o equilíbrio no trato das questões de Estado, na coerência doutrinária, na inimputabilidade da conduta, na observância rigorosa das regras de protocolo. Velava pelo próprio nome e não perdoava os que vulnerassem as normas aceites e assentes da eticidade na Família, no Estado e na Sociedade.

Dirão que era um conservador – e o era. Consentaneamente a isso, enxergou na Administração o papel científico e técnico imprescindível ao comando dos interesses, negócios e atividades do homem. É que estes teriam de manter-se compatíveis e fluentes, o que é crucial para qualquer associação que pretenda progredir. Como Diretor da Escola de Administração do Ceará, ao prefaciar obra de Raimundo Girão, ressalta Mozart quão importante é "a difusão organizada e planificada de idéias, doutrinas, teorias e práticas atinentes à Ciência e à Arte da Administração, sem as quais será difícil, senão impossível, arrancar do subdesenvolvimento qualquer povo ou nação" (cf. Raimundo Girão, *História Econômica Geral e do Brasil*, Fortaleza, Tipografia Minerva, 1963, p. 8). O conhecimento administrativo eixava a cultura de Mozart, que era Especializado em Direito Administrativo, Técnico de Administração do Departamento do Serviço Público e Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da UFC.

Isto posto, permita-se que eu destile uma dose pessoal de digressão, que, no ensejo, aproveite e use o nome de Mozart, que dis-

serte sobre a Ciência da Administração, exatamente nestes dias em que cessou o domínio do Advogado, deprecia-se o do Economista e ascende o do Administrador. Faço-o como homenagem a esta casa e seus pares, especialmente Geraldo da Silva Nobre, antigo Diretor do Arquivo Público do Estado, onde se houve muito bem e por muito tempo, até aposentar-se, embora a contrafação política, certa feita, tenha tentado demiti-lo, sob os maciços e prontos protestos da sociedade civil. A sociedade, o Estado, as instituições, os entes coletivos de natureza, tamanho e estrutura quaisquer que sejam só existem na medida em que são administrados. Cada organização é a administração que tem, pelo que seus elementos – materiais, humanos e mentais – têm que ser valorizados por ela mesma, têm que ser insuscetíveis aos aleives, provocações e agressões. E não há outra maneira de cumprir esse desiderato, senão sendo racional e científico. Aos sócios efetivos do Instituto do Ceará pertence, sem dúvida, trabalhar, incrementar, reprofundar e consolidar os interesses intelectuais em termos de História, Geografia e Antropologia, particularmente no Ceará, constituindo-se em academia guardiã da chama dessas ciências.

O Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) não é mera instituição cultural: ele é fundamentalmente votado à teoria, de modo que, se lhe coubesse pôr-se em função da polaridade cultura popular versus cultura erudita, dir-se-ia a esta afeiçoado, embora a primeira lhe ofereça matéria-prima. Há que ser realista, isto é, manter-se atreito à realidade, empolgá-la sob critério científico, não só conhecê-la como seu objeto, mas como objetivo a alcançar consciente, voluntária e afetivamente, quer dizer, aplicar-lhe também a Ciência e Arte da Administração.

A Administração deve obrigatoriamente desvencilhar-se de critérios restritos e sobrepor-se aos aspectos técnico e corporativo de cada organização. Esses aspectos tendem a caracterizar-se como um comportamento fechado e absolutista, irreflexo e isolado, exclusivista e feudal. Quando se fala em abertura e globalização – e isto está em moda – não é gratuitamente, porque o papel de uma organização consiste em transformar diretamente insumos em produtos. Esse fluxo implica num contrafluxo: realizar a produção, monetarizar-se, lançar bens e serviços no mercado. As duas correntes referidas estabelecem o equilíbrio e evitam a entropia das organizações, isto é, a sua estagnação, depreciação e desagregação. Uma organização concebida nesses termos não dessora o meio, nem este traga a primeira. É o que se denomina homeostase.

Exige a Administração um sistema hierárquico de poder interno, o que impõe uma autoridade que – em rigor, sobretudo e essencialmente – comanda, coordena e controla, ou seja, a autoridade administrativa, que se sobreleva à do especialista. O tecnicismo e o corporativismo podem contrariar, em benefício de interesses parciais, os princípios fundamentais da organização, que outros não são senão configurar a autoridade administrativa. Essa a razão por que não se deve confundir com a autoridade administrativa o especialista, que é adstrito a um departamento, ou seja, a parte, e não a uma corporação, ou melhor, o todo.

A Administração racional de fato é necessariamente de caráter recorrente, reversivo e dialético, isto é, não se pode alhear do especialista e sim compor-se com ele. Mas não se espere, por exemplo, que um tratorista possa assumir enquanto tal a gerência de uma empresa agrícola, embora ele possa decidir sobre que tipo de trator empregar em tal ou qual operação. Essa decisão, porém, decorrerá de um consenso de seus pares com a autoridade administrativa: se ela redundar em prejuízo para a organização, estará então respaldada e não será imputada à responsabilidade do especialista.

Significa isso que existe na organização, paralelamente, dois níveis hierárquicos de autoridade. O especialista responde pela eficiência, mas a autoridade administrativa responde pela eficácia, que não vê somente a parte e sim vê, concomitante e principalmente, o todo. Eis por que, por exemplo, a proposição de certos procedimentos, iniciativas e metas se torna irrealista. É o caso ocorrido com projetos de desenvolvimento implantados segundo a técnica mais produtiva, os quais entram na concorrência insolitamente, gerando desemprego de mão-de-obra e sucateamento de investimentos menos competitivos. À autoridade administrativa pertence o dever de atentar para a inserção da organização no meio, incluída a possibilidade de perder clientela em função da dispensa de mão-de-obra que a nova tecnologia provoque eventualmente.

Conclui-se, nesta altura, por distinguir na Administração duas espécies: a do setor privado e a do setor público. Esta não pode, absolutamente, incorrer em erros oriundos do economicismo dos critérios de avaliação empresariais, na exacerbação do motivo lucro, no encurtamento forçado dos prazos de maturação dos projetos, na sofreguidão do processo de acumulação de divisas externas etc. É necessário que o retorno do setor estatal seja sempre social, de forma que as organizações respectivas devem ser destinadas à diversificação de atividades que melhorem o produto interno bruto, ao incre-

mento do volume absoluto da arrecadação dos impostos, ao aumento do consumo e à elevação do poder aquisitivo. Trata-se de preocupações permanentes, que a Administração pública deve ter constantemente, entre as quais, de modo relativo, apenas as duas últimas concernem diretamente à Administração privada.

Aplica sempre a Administração uma política que particulariza os interesses da organização. Nisso, os critérios de avaliação empresariais e sociais diferem grandemente, sendo errôneo que se priorizem os segundos na organização privada ou os primeiros na organização estatal. Nesta última hipótese, pode ser desvirtuado completamente o conceito de serviço público, cujo caso mais eloqüente entre nós foi a erradicação de alguns dos chamados "ramais ferroviários antieconômicos". Quando a autoridade administrativa consente a prevalência de interesses estranhos aos fins e princípios de uma organização, mesmo que pertinentes a outra organização, atrela-se a esta com deprimento da primeira.

Cumpre à Administração, enquanto ciência, incutir aos seus profissionais uma nítida consciência deontológica que não se deixe embair inconseqüentemente, cedendo ao tecnicismo, corporativismo e qualquer atitude mental ilegítima. Não há por que reivindicar autoridade administrativa sob uma ótica setorial, pessoal ou meramente classista. Exige-se dos cultores da Administração a compreensão do conteúdo e papel da sua formatura, considerando-se a eficiência e fidelidade dos recursos humanos da organização e não a propriedade dos recursos materiais da mesma.

Nas organizações privadas e estatais a que servem, os administradores não se devem comportar como agentes ideológicos de sua categoria profissional nem como proprietários titulares da própria entidade. A Administração não é tão-só a cotidiana consumação de marketing, finança e conta, nem é tampouco Ciência Política ou Economia Política. Ela é outra regionalidade, é a ciência, técnica, arte ou concepção que se resume ao funcionamento do sistema aberto de uma organização vis-à-vis do meio civil e estatal e que se assenta num ciclo de atividades consistente em planejar-organizar-dirigir-executar-controlar-avaliar. É esse o ciclo administrativo, que se retoma, findo o exercício anual, recomeçando criticamente, isto é, por replanejar.

Inexiste o especialista que cubra o ciclo administrativo, logo não pode ele identificar-se à autoridade administrativa que opera a síntese da organização e não a análise da mesma. A autoridade administrativa é a instância superior da organização. Ela pensa e re-

pensa em termos de Administração o sistema aberto em que atua, integrando um domínio fronteiriço entre a Sociologia e a Psicologia, cuidando das relações entre a organização e o meio e das relações interpessoais dentro do sistema, e definindo o caráter sistêmico, a que visa mediante a compatibilidade entre os recursos disponíveis e os objetivos estabelecidos, a organicidade do conjunto de elementos mobilizados e constituídos em todo, e a dinamicidade interna para assimilar o meio e equilibrar-se com este (homeostase).

A Administração disposta em termos dimensionais capacita a autoridade administrativa a aplicá-la às organizações consideradas como sistema includente ou como sistema incluído. A hierarquia supõe a dimensão da organização e da autoridade administrativa. Sob esse aspecto, o que importa é o processo de vivência, exercitação e capacitação em Administração, o qual seleciona, promove e guinda na organização o administrador. É este, perante as outras formaturas, incluídas as mais conexas com a Administração, quem melhor gerencia uma organização, por satisfazer cabalmente os requisitos próprios exigidos, que são: a vocação científica e doutrinária, a aptidão cognitiva e caracterológica, e o senso de responsabilidade. A relevância desses requisitos torna-se evidente quando se depara a questão da terceirização na organização, cuja dimensão, como conceito e atitude, se implicita na autoridade. Esta, numa imagem haurida no filósofo alemão Friedrich Engels, avalia o bosque e manda inventariar as árvores, porque o seu tempo específico ela o dedica todo à homeostase do sistema, isto é, às transações com o meio.

Há 31 anos, ao paraninfar a primeira turma da Escola de Administração do Ceará, o professor Mozart proferiu magnífica oração em que discorreu, à saciedade de todos e à exaustão do tema, sobre a autoridade administrativa. O seguinte excerto desse discurso se torna imprescindível, na parte em que aborda a categoria administrativa de chefe numa visão atualizada e sensibilizada em face dos aspectos psicológicos, sociológicos e administrativos propriamente ditos. Disse Mozart Soriano Aderaldo:

"Vê-se, destarte, que longe estamos daqueles tempos em que se afirmava, impunemente, que os administradores, como os poetas, nascem, não se fazem. É óbvio que, para o pleno exercício de qualquer comando, o chefe há de ter qualidades naturais, a serem desenvolvidas através de estudo adequado e um bom trenamento. Exigem-se-lhe prudência e ação, docilidade e energia, circunspecção e expansividade, providência e improvisação, inteligência e memória. A prudência é, no dizer de Santo Tomás de Aquino, a virtude por

excelência do chefe. Mas Deus nos guarde de chefes solertes que não tomam providências oportunas, sob o pretexto de que devem ser prudentes ! Prudentes, sim, mas prontos, resolutos.

"Hão de os chefes ser, também, enérgicos, pois, à falta dessa indispensável virtude, muito administrador há prejudicado a si próprio e à comunidade a que dirige. Todavia, hão de ser, por igual dóceis, sobrepondo ao superado conceito de chefia autocrática a moderna concepção de chefia democrática. Por falta de uma inquirição oportuna, graves e, às vezes, irrecuperáveis enganos se têm cometido. Acrescentemos que não será razoável esquecer, em tempos de tanta leviandade nos costumes e trajes, a virtude da circunspecção. Um chefe que se não apresenta, de modo simples ou não, sempre dignamente, não se há de impor a seus subordinados. A esse respeito, valeria a pena relembrar os sábios conselhos que o gênio de Sheakespeare, pelos lábios de Polônio, ofereceu a Laertes:

> 'Conforme a bolsa, assim tenhas a roupa,
> sem fantasia, rica mas discreta,
> que o traje às vezes o homem denuncia.'

"Circunspecção que se não há de confundir com arrogância, sabido que outra fundamental virtude do chefe é a expansividade. Mister seria desfazer o preconceito de que, para sermos respeitáveis, não podemos ser alegres por natureza. Por que não conservar, através das idades, essa jovialidade, que não deve ser confundida, entretanto, com dissipação? Prosseguindo nesse rol das qualidades de um bom chefe, não seria razoável esquecer a providência, isto é, a atitude racional que organiza as coisas para um fim determinado. O chefe há de tirar lições do passado, há de aplicá-las aos problemas presentes, há de conjecturar planos para o futuro. A providência ordenará tudo com o objetivo de pôr tudo em marcha para o fim desejado. Todavia, há momentos em que os fatos parecem desmentir a mais aguda previsão e se faz necessário improvisar, mudar, adaptar os velhos planos às novas circunstâncias. O chefe que assim não age põe em sérios riscos toda a obra, tão minudentemente prevista. Finalmente, todas essas qualidades, aqui resumidamente referidas, hão de subordinar-se a duas outras, as últimas citadas, mas, afinal, as mais importantes, se todas não o fossem – a inteligência e a memória do chefe. Inteligência quer dizer *ler no fundo – intus legere.* O chefe inteligente é, pois, o que vê, o que *enxerga*, e enxerga *claro*. E, a serviço dessa *clarividência*, há de se pôr uma bem trenada memória, essa aptidão, natural sem dúvida, mas que se cultiva e desenvolve, como se asfixia e mata.

"Sim, o chefe necessita possuir essas qualidades que, sendo natas, hão de ser cultivadas para não se estiolarem, e, ainda, podem ser adquiridas com uma boa e adequada aprendizagem, a que se hão de acrescentar várias técnicas especializadas. A esse propósito, relembremos o que doutrinou Benedito Silva, ex-diretor da mais antiga Escola de Administração do país – a benemérita EBAP, em bem lançado ensaio: 'A dificuldade arguída contra a preparação deliberada de administradores profissionais era a de que, pela sua generalidade, pela sua universalidade, pela supremacia do administrador sobre os outros profissionais, a administração não parecia suscetível de ensinamento e de aprendizagem. Essa alegação, outrora considerada válida, hoje carece totalmente de fundamento. A função de administrador, decomposta nas fases já bem conhecidas, impõe o conhecimento de técnicas administrativas correspondentes: a técnica de pesquisar, a técnica de prover, a técnica de organizar, a técnica de planejar, a técnica de dirigir, a técnica de coordenar etc., todas passíveis de transmissão através de palavra escrita e falada, pelo processo clássico de ensino'.

"Os chefes, pois, não somente nascem, como se pensava antigamente, mas também se fazem pelo estudo, pelo trenamento, pelo próprio exercício da chefia, ficando assim justificada plenamente as escolas de liderança, de chefes, de administradores, como essa vitoriosa Escola de Administração do Ceará. Mesmo porque, no melhor conceito de autoridade, governar é prover o bem comum. O próprio Cristo não se temeu em afirmar, enfaticamente, que veio para servir e não para ser servido, e seu Vigário na terra se intitula o 'servo dos servos de Deus'. Todos, pois, podemos e devemos prestar essa espécie de serviço. É bem verdade que Santo Tomás de Aquino procura demonstrar a grandeza da missão de governar, salientando que os administradores são homens que governam a si e aos outros. Na opinião do Doutor Angélico, é mais merecedor o mestre, que sabe para si e para transmitir, do que o discípulo mais capaz de aprender: o arquiteto, que projeta, do que o artífice mais capaz de executar: o capitão, que traça os planos, do que o soldado mais afoito que os segue. Assim, também, é maior o mérito do bom chefe do que o de seus subordinados mais aptos. E quanto maior o chefe, quanto mais largo o âmbito de suas responsabilidades e de sua missão, tanto maiores hão de ser seus merecimentos e há de mais crescer sua recompensa. Porque o chefe é o mestre de seus súditos, o arquiteto dos grandes planos e o capitão das grandes pelejas. Mas que é tudo isto senão *servir*, prover o *bem comum*, esquecer-se de si para cuidar dos interesses da comunidade?" (cf. Mozart Soriano Aderaldo, *A Admi-*

nistração como Instrumento de Progresso, Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado, 1966, pp. 14 a 16).

Mozart sofreu aquela pressão de um traço do caráter cearense, que é o tropismo de emigração, traço tão bem gizado por Raimundo Girão em *Evolução Histórica Cearense* (1985). É assim que foi para o Rio de Janeiro em 1934, onde ingressou no curso jurídico, mas retornou em 1939, concluindo aqui a formação iniciada, para afinal vencer no Ceará, onde abusivamente se repete o dito evangélico de que santo não obra milagre na sua terra. Nada de estranho, porém, há em que Mozart tenha sido um dos maiores intelectuais do Ceará. Pela sua bibliografia, constata-se quanto produziu ao longo de sua caminhada, em que faz jus a participar do renque onde se enfileiram com a estatura de polígrafos grandes nomes deste Instituto. A relação – necessariamente incompleta – das obras de Mozart Soriano Aderaldo abrange 32 títulos de livros, 13 de prefácios, 2 de obras anotadas e 6 de participação em antologias (cf. Mozart Soriano Aderaldo, Livros e Idéias, 2a série, Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1987, pp. 7 a 12).

Nas páginas que escreveu nunca se contentou com ser simples relator, porque era sempre judicioso, interpretativo, preocupado com a essência a evidenciar para além da mera aparência, no que se mostra o cientista social que era. É particularmente estimada por mim a sua compreensão antropológica do cearense, à qual adiro e procurei aprofundar num livro que intitulei Sobre o Proletariado de Fortaleza (1993).Trata-se da questão do teor aborígine no sangue do povo cearense (cf. nota XXIV do cap. VI, in Pedro Theberge, Esboço Histórico sobre a Província do Ceará, 2a edição, Fortaleza, Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1973, p. 107). Esse teor é paradoxalmente elevado, se se considera a tese do genocídio do índio. Mozart reitera seu ponto de vista num livro posterior à bibliografia acima classificada, escrevendo:

"Disso decorreria, par a par com outras concausas não subestimáveis, o pequeno contingente de estrangeiros no Ceará, não obstante nossa proverbial hospitalidade, fruto de certa dose de complexo de inferioridade não conflitante com o arrojo, a audácia, a afoiteza, quase a temeridade com os quais nossa gente enfrenta as adversidades".

"Somos, destarte, uma lareira racial no Brasil, pois a miscigenação no Ceará se limitou, praticamente, ao português ambicioso e sensual e ao ameríndio matreiro e desconfiado".

"Disso decorre, sem dúvida para nós, o vasto e rico acervo de coisas várias, herança das duas raças da etnia cearense, sempre decorrentes de artes portuguesas para aqui trazidas e de práticas indígenas daqui oriundas. Surpreenderia, mesmo, o apedeuta desprevenido, a ausência de remanescências da cultura africana, somente de último para cá trazidas, aliás artificialmente, sem profundas raízes em nosso ciclo evolutivo" (cf. Mozart Soriano Aderaldo, O Cacto Amarelo, Fortaleza, Imprensa Universitária da UFC, 1990, pp. 227 e 228).

Mozart era maranhense de Brejo dos Anapurus. A minha família pelo lado paterno também o era, de forma que essa circunstância ele a mencionou no exemplar que me destinou da primeira série do seu livro Livros e Idéias (1954) aludindo então ao nosso aspecto coincidencial – originário e telúrico. Era, além do mais, profundamente ecológico na sua historiografia, o que de mim merecia a melhor e maior das considerações, como ecológico que me julgo também, sobretudo por minha formação agronômica, de modo que ambos tínhamos em comum esse mesmo aspecto, ou seja, nele, o meio social, que a entropia da história destruiu, e em mim, o meio biótico, que a entropia econômica destruía. Dei-lhe, a pedido seu, um volume do meu opúsculo Memória pró Escola de Conservação dos Recursos Naturais (1966), lembrando-lhe no autógrafo que lhe retribuía o livro que me dera.

Nossos caminhos sempre foram paralelos, mantida reciprocamente uma distância ideológica, que às vezes se reduzia assintoticamente, como ocorreu quando fizemos o Curso de Preparação para Oficiais da Reserva; quando a anistia aos atingidos pelo primeiro Ato Institucional do movimento militar de 1964, me reverteu à Universidade Federal do Ceará, lotando-me na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade Federal do Ceará, onde Mozart lecionava; quando me tornei assíduo à Academia Cearense de Letras, onde Mozart era vice-presidente ao lado de Cláudio Martins, presidente; e quando, neste instante, o sucedo no Instituto do Ceará.

Mozart tinha para comigo um cuidado que eu diria de irmão mais velho, se não fora de caridade cristã. Com os seus rígidos preceitos religiosos combatia o meu jeito herético, mas ambos ao longo dos anos fomos arrefecendo e perdendo o entusiasmo. Assim é que, já nos últimos tempos, perguntou-me se eu usaria uma medalha benta no meu porta-cédula, no que anuí, tendo-me ele ofertado este objeto de estimação para mim, que o conduzi enquanto não me roubaram a

carteira continente do mesmo, dos meus documentos de identidade e de tudo quanto nela estava. Depois disso, por respeito humano, não lhe ofertaria, como não ofertei, meu recente livro O Autor e o Ator: Ensaio Marxista de Antropologia Filosófica (1994).

No seu inteiriço e permanente engajamento religioso, Mozart enfrentou as lufadas do simum comunista, do siroco fascista e das monções cristãs, estas,que varreram o pós-guerra, desde o cisma do Bispo de Maura até a teologia da libertação do Frei Boff, as quais foram amenas para com o marxismo. A sua posição ante todas essas correntes político-filosóficas era a mais intransigente. Claro que se opunha ao comunismo e ao fascismo, mas a sua oposição era radical e definitiva, não admitindo, em nenhum grau, concessões, tolerâncias, dubiedades, evasivas, oportunismos – em suma, faltas de coerência ou de convicção dos católicos ou presuntivos católicos, que comprometiam a Igreja com semelhantes posturas. Eis por que, num longo ensaio, profligou tais comportamentos nos seguintes termos:

"Daí o ressentimento, em certos meios, contra os católicos e até contra a Igreja, unicamente porque o chamado mundo cristão, já se solidarizando com a exploração do homem pelo homem, já aderindo ao totalitarismo desumano, nem sempre tem sido fiel aos princípios. Para fugirem do comunismo ateu, defendem o capitalismo explorador ou propõem o reacionarismo totalitário. Não se apercebem, cegos nas suas idiossincrasias, de que as três concepções materialistas da vida – a dos comunistas, a dos capitalistas e a dos reacionários – partem todas da mesma convicção de que a Igualdade para uns, o Privilégio para outros e a Ordem para os últimos, devem sobrepor-se à dignidade da pessoa humana, no exercício da Liberdade, que o próprio Deus respeita" (cf. Revista Clã, no 1, Fortaleza, 1948, p. 40).

No limiar da Ciência Política, Mozart era um soldado intemerato e intimorato da Igreja Católica. No terreno da História propriamente dita, intelectual consumado que era, aplicava com o máximo de isenção, rigor e proficiência o método dessa ciência, ou seja, a crítica histórica, tanto sob o aspecto da fonte (tradição, monumento e documento) quanto sob o aspecto do testemunho (verossimilhança, vício de erronia ou de facção, autoridade e coerência contextual das constatações). Mozart era, sobretudo, o mais fiel reflexo da legenda latina da revista acadêmica do Instituto do Ceará: Dedimus profecto grande patientiae documentum. Para ele, portanto, havia que entregar-se inteira e tranqüilamente ao labor e ao estudo da fonte e do testemunho, particularmente o relativo ao documento histórico. Admirável exemplo disso são as suas anotações ao Esboço Histórico

sobre a Província do Ceará de Theberge, onde despende tanto espaço, ou mais, que o próprio autor. É talvez o trabalho de Mozart mais percuciente, onde empreendeu a colocação e consolidação dos registros de crônica histórica e de historiografia, procedendo à valorização da verdade histórica.

O de que Mozart realmente gostava era militar nas instituições, nas organizações não governamentais ou nas governamentais, na cátedra, nos setores e segmentos da sociedade onde a sua presença fosse necessária. Que o diga este Instituto. Em que pese ao acendrado espírito de doutrina, o seu método de participação era o diálogo pela palavra escrita ou coloquial, que esta última sempre lhe foi preferida ao discurso retórico.

Digna de menção nesse sentido foi a sua atuação no Conselho de Cultura do Ceará, cuja presidência exerceu. Quando ocupei a Assessoria Técnica da Secretaria de Cultura do Estado, conheci dele uma informação magistral em defesa do jeton aos membros daquela corte, quando expendeu argumentação legal, doutrinária (calcada no critério da eqüidade) e revestida da mais lídima e incontestável forma jurídica. Infelizmente tal direito tão cabalmente exposto foi denegado. Isto simplesmente em decorrência de um modismo demagógico e diversionista que, no meu entender, consiste em acossar os gastos institucionais e justos com a modalidade mencionada, ignorando-se que o comparecimento obrigatório às sessões regulares de qualquer órgão, corpo ou assembléia, exige uma ajuda de custo a seus membros quando se refere a múnus público, isto é, que não seja remuneração. E prossigo: se houvesse honestidade na tão assoalhada contenção de despesas no serviço público, dever-se-iam gravar os honorários e não os jetons, pois os primeiros são estritamente pessoais e deveriam incluir-se na remuneração inerente aos cargos e empregos. Entendo que múnus público não gera uma estrutura, é fenômeno da própria estrutura existente. O que se gasta com a convocação do cidadão para o serviço de eleitor, mesário, jurado etc não é remuneração. Houve uma verdadeira heresia nessa forma de exercício da representação da sociedade no poder público, em duplicidade ou acumulação de cargo, contra o que se deveria clamar. Rodolfo Teófilo, membro histórico desta casa, foi vereador e recebia uma ajuda de custo para atender ao ônus do seu deslocamento para comparecer às sessões da câmara municipal. É que vereador, por exemplo, não é titular de emprego, mas de função transitória de múnus público. O emprego preexiste e precede ao múnus público, quer no governo quer na sociedade civil, e nunca configura uma duplicação. É uma excrescência, distorção ou subversão a promoção financeira de múnus

público. Há ordenado, honorário ou gratificação, que são, isto sim, remuneração, em contrapartida do emprego. Sem este, ninguém deveria credenciar-se à representação da sociedade. O trabalho cada qual o presta no próprio setor profissional, já a representação é apenas um entremeio ou qualificação do trabalho, sendo prestada por sessões. A grande deformação está em ter-se instituído regime continuado de sessões. A representação se exercita por períodos e emana do sistema de emprego, do contrário se torna inócua, desvincula-se da sua origem e deixa de ter o que representar.

Parte da produção intelectual de Mozart, embora às vezes não reconhecida, poderá ficar desconhecida, a dormir nos arquivos das repartições. Ele teve uma ampla participação na vida cultural cearense, gerando uma obra dispersa, difícil de reunir e ipso facto uma tarefa das mais árduas para os seus biógrafos. Estes terão que peregrinar pelos arquivos das repartições, dos jornais e das associações culturais, humanitárias e missionárias as mais diversas, incluídos os registros em atas de sessão e a memória das personalidades que o conheceram, máxime os seus parentes e amigos. Dispersos, inéditos e indiretos sobre Mozart, eis uma congérie vastíssima a cobrir, principalmente os últimos, que se constituem de juízos, críticas e opiniões emitidos – necessariamente parciais, controversos, polêmicos e passionais, pois resultantes da subjetividade, dos valores e do caráter de seus autores.

Mozart era muito sensível aos fatos reservados que a vida social procura obliterar, pelo que freqüentemente os esmaecia ante a bisbilhotice, mas a sua memória de computador os retinha na sua inteireza. A sua formação religiosa era um penhor de discrição, e tão-somente em vezes raras ele se sentia espicaçado e consentia que a informação aflorasse. Era conveniente e evitava sempre que possível o uso incisivo e cru da linguagem, ao contrário de uma espécie de jornalismo que sempre vicejou entre nós, incluída uma imprensa desclassificada, isto é, classificada de marrom. Agradava-lhe, porém, o estilo sibilino, forma de desabafo em que se aprouve freqüentemente, como quando se refere a uma antiga e desaparecida casa da rua Barão do Rio Branco, sobre cujo morador disserta, em função da reticência com que ia arrematar ironicamente o período. Diz que "o velho Marcos da Silva, sendo homem inteiramente dedicado às atividades caridosas das Conferências Vicentinas, ele que tanto precisava delas por ser pobre como Job, e que distribuía com os necessitados o pouco que tinha sem precisar da inspiração de Medellin ou de Puebla..." (cf. Mozart Soriano Aderaldo, História

Abreviada de Fortaleza, 2a edição. Fortaleza, Imprensa Universitária da UFC, 1993, p. 90).

Muito sofria Mozart com atentados à fisionomia urbana de Fortaleza, com que era profundamente identificado, revivendo a paisagem extinta ou depredada, com a alma crivada de saudades. Muito consolo lhe trouxe ter podido nos últimos tempos dar luzes à política urbanística de conservação ou recuperação da capital. Suas preocupações com nossas tradições, reminiscências e coisas de antanho com que privara era uma constante, de forma que nele a presença do passado – cultural e ecológica – era gritante. Nem sempre ficou na insinuação, na sutileza, na denúncia abstrata da grilagem urbana e do crime ecológico, cometidos ou conivenciados pelas autoridades e instituições que deixaram de cumprir seu dever para com a tradição e a cultura. Vou concluir esta parte nuclear de meu discurso com mais uma citação de Mozart Soriano Aderaldo:

"É bela a nossa cidade, mas é amada por reduzido número de seus habitantes. Suas mais gratas tradições têm sido criminosamente destruídas por muitos dos que tinham antes o dever de preservá-las e defendê-las. Assim se fez em 1938, demolindo-se a velha Sé, rico patrimônio histórico e artístico da cidade, para levantar-se uma catedral vistosa, mas de vários estilos, principalmente depois do Concílio Vaticano II, quando a distorção do seu espírito e uma mentalidade demagógica passou a ter vez na Igreja, considerando-se obras suntuárias os trabalhos de arte, numa demonstração indiscutível de subdesenvolvimento cultural. Se assim procediam as chamadas 'elites', o que não dizer da 'massa', dos habitantes de nossos subúrbios? Levas de emigrantes, em conseqüência das secas, constroem 'favelas' em seu derredor e trazem para a cidade problemas sociais os mais variados, da prostituição de infelizes mocinhas pobres ao 'biscatismo' conseqüente da mão-de-obra não qualificada. Do costume de cuspir no pé das paredes ao de alimentar-se nas ruas e jogar nas calçadas as cascas de banana, manga e laranja ali mesmo consumidas. Dos pés descalços à roupa em trapo e mal lavada.

"Até mesmo a natureza vem sendo sistematicamente violentada e quando se desrespeita a natureza o resultado é sempre negativo e funesto. Não atendendo à contextura geográfica da cidade, a Prefeitura permitiu fosse aterrado o leito do Pajeú, contra o Plano Sabóia Ribeiro, que preconizava fosse essa faixa verde urbanisticamente aproveitada em linda avenida de duas mãos, com um canal central, partindo da Rua Pinto Madeira até a Praça da Sé, pelo menos. E qual o resultado dessa má política municipal? Quando da qua-

dra invernosa as águas da chuva não têm por onde se escoar. Procura-se, talvez tarde demais, remediar a situação com a construção de boeiros ou esgotos para as águas pluviais, mas esses são insuficientes e mal cuidados, ressurgindo o problema ano após ano.

"A visão de Sabóia Ribeiro através de seu Plano Diretor, elaborado quando ainda perfeitamente exeqüível, não foi devida e patrioticamente considerada. Anos depois, a confusão urbanística, como que porfiava em anular, pelo menos em parte, a obra de Silva Paulet, do boticário Ferreira, de Adolfo Herbster, de Guilherme Rocha, de Ildefonso Albano, de Raimundo Girão, de Vicente Fialho, de Cordeiro Neto, e de outros prefeitos que foram de fato amigos da cidade. Seria mister encomendar outra planificação, tão escandaloso vinha sendo o desrespeito ao trabalho de competente técnico no assunto. Chamou-se, então, na administração Cordeiro Neto, sendo Secretário Municipal de Urbanismo o já citado Raimundo Girão, o urbanista Hélio Modesto, que concebeu e estruturou o novo Plano Diretor com base na triste realidade, conseqüência de inconcebível descaso ou criminosa conivência de nossas autoridades municipais relativamente aos problemas urbanísticos" (cf. *História Abreviada de Fortaleza, citatis*, pp. 49 e 50).

Os passos do homem na natureza são mais destrutivos que o pisoteamento das bestas sobre os campos, porque eles decorrem sempre de culpa ou dolo. E quando as pegadas do animal se tornam antiecológicas, é que o homem as desencadeou em última instância, perturbando o equilíbrio com que atuam os fatores do meio. Eloqüente exemplo disso foi a caça apocalíptica ao elefante no Quênia, quando o maior dos animais terrestres teve as suas pastagens roubadas por uma economia predatória dos recursos naturais. Ora, o pobre paquiderme, faminto, passou a comer as próprias árvores da savana, convertendo-a em estepe, até que, enfurecido pela fome, arremeteu contra as aldeias nativas.

Intervir no meio só com a advertência ecológica, mas o homem faz ouvidos moucos a essa precaução. Honra, portanto, àqueles que têm essa atitude, quer como cultores da Ecologia Social, quer como estudiosos da Ecologia Geral. E é para mim especial emoção que eu ingresse neste sodalício e o faça sob tônica ecológica, sucedendo a Mozart Soriano Aderaldo, cujo pensamento tinha que ver com a Ecologia Social. Culmina minha emoção quando sou saudado pelo Prof. Caio Lóssio Botelho, cuja trajetória intelectual se fulcra na paixão pela Ecologia Geral.

Tentei desbravar o terreno do conhecimento ecológico no Ceará há mais de trinta anos, esboçando meus estudos e leituras na plaqueta *Memória Pró Escola de Conservação dos Recursos Naturais* (1966). Lóssio, porém, institucionalizou essa sonhada escola, conseguindo reconhecimento oficial a uma formação superior em Ecologia, como Licenciatura em Geografia com ênfase em Ecologia. Infelizmente, a contrafação política que mencionei a respeito de Geraldo Nobre, aqui interveio e teve êxito, extinguindo a novel formação ecológica. As duas situações foram, porém, diferentes, porque na primeira vez havia uma consciência social enriquecida pelos historiógrafos, enquanto na segunda ela não recebera ainda um amplo contributo dos ecologistas. Hoje, acredito que já não se conseguiria derrubar a formação em questão. A verdade, porém, é que o Ano da Ecologia, com a Eco '92, realizada no Rio de Janeiro e patrocinada pela Organização das Nações Unidas, não trouxe ao Ceará *absolutamente* nada, quando poderia ter-nos cumulado de recursos materiais, humanos e financeiros, já que as outras Unidades da Federação não tinham atingido o estágio de formação superior, como Lóssio o conseguira.

Lóssio é geógrafo e como tal aborda a Ecologia Geral sob o ângulo das Ciências Físicas, ao contrário do outro enfoque que é o das Ciências Biológicas, ao qual sou mais afeito. A luta contra os efeitos danosos das secas é a que visava Lóssio. Desde muitos anos, vem elaborando uma metodologia que permita a previsão do inverno e informe os períodos propícios ao plantio. O conhecimento folclórico tem sido rejeitado *in limine* pelos pseudo-cientistas, que sequer lhe concedem um lugar relativo. Ora, a estação das chuvas está na dependência de um somatório de indicadores que o cientificismo entre nós descarta arrogantemente.

Fatos como a migração das aves, o vôo dos pombos, o faro dos cães etc demonstram que há órgãos que percebem fenômenos naturais escapos aos esquemas elaborados pela Física. A atitude cientificista se torna dogmática, porque a sua verdade é excludente. O conhecimento é um processo de busca da verdade objetiva, que se descobre progressivamente porque a natureza é inexaurível. Os quatro modos de ser – físico, biótico, psíquico e técnico – têm suas especificidades e cada qual deles constitui uma fase e deve ser pensado em função de uma síntese, que é, sobretudo, ecológica. Porque em geral se confina ao ser físico, a seca não é resolvida. Importante então é transcender o físico, o que fazem os seres vivos, que assimilam no seu comportamento as leis que regem os seres inertes. Mais importante, porém, é agir conscientemente, isto é, que o homem com-

preenda, como ser consciente, os fenômenos da natureza. Por exemplo, a planta se tornou xerófita naturalmente, de forma que será irracional criar artificialmente o xerofitismo, a título de superar a seca. O que é necessário é conviver com a seca, isto é, ter uma cultura consentânea à realidade natural. Trata-se, agora, da realidade artificial, que é, por assim dizer, o ápice do processo objetivo que o homem vive. Quer dizer, é preciso abranger o ser produzido pela sociedade. Só então ter-se-á atingido as culminâncias do saber ecológico, a Ecologia Social. A verdadeira consciência ecológica implica não só a natureza, mas a sociedade, não só os seres inertes, vivos e conscientes, que são naturais, mas os artefatos, que são artificiais. Para com os recursos naturais há dois posicionamentos ecológicos, consistentes em deixá-los entregues a si mesmos – preservação – ou intervir nos mesmos – conservação – propiciando os regimes respectivos de reservas naturais – flora e fauna – e de explorações conservacionistas – solo, água, flora e fauna – isto é, de não intervenção e de intervenção.

Lóssio é um caráter com traços firmes e não se deixa abater. Os resultados a que chegou não estão ao sabor de contingentes e aleatórias pressões. Suas conclusões decorrem exclusivamente do uso de critérios científicos e cognoscitivos. Nas suas últimas obras tem procurado fundamentar-se filosoficamente, o que míngua àqueles que o contestam.

Distinto auditório, até agora tão complacente comigo, neste ponto, ponto final do meu discurso, a vossa paciência deve estar como solução saturada. No entanto, vou precipitar o soluto, falando-vos de mim.

Sou agrônomo de formação, portanto identificado com os problemas de cunho ecológico, como já referi. Felizmente, não me contaminaram as visões de formalismo e corporativismo, esses mesmos que grassam hoje entre os afeiçoados à pesquisa laboratorial ou de campo, sociológica ou histórica, literária ou doutrinal, e quantas porventura factíveis, numa terra então sem alternativas outras para a diplomação superior, que eram as carreiras jurídica, militar, sacerdotal, médica e talvez de engenheiro, quase que unicamente existentes fora do Ceará. A oferta era uma só – o beletrismo em que todos incorriam, desde a política e o jornalismo até o diletantismo em questões geográficas, históricas e filosóficas. Neste Instituto, ao que me consta, pouquíssimos não versejaram e não cumpriram a sina ou signo que a sociedade lhes impunha. Sobre esse aspecto, arrimando-me àqueles que conheci mais próxima ou diretamente, um

Pompeu Sobrinho, um Renato Braga ou um Raimundo Girão foram exceção, ao passo que um Djacir Menezes, um Florival Seraine ou um Francisco Alves de Andrade seguiram a regra.

Militar gorado e literato frustrado. Cursei o Colégio Militar do Ceará, porque meu pai se valeu de uma lei que lhe permitia matricular como aluno gratuito um dentre os oito filhos varões que tivera. Já o militar para mim significara o desvio da vocação literária, que eu possuía por condicionamento ou, se quiserem, mesmo vocacionalmente, e engolfou-me então nas preocupações com as ciências positivas, especialmente valorizadas na corporação castrense desde Benjamin Costant Botelho de Magalhães. Foi, portanto, simplesmente conseqüência disso que eu elegesse a Escola de Agronomia do Ceará, onde havia a mesma ênfase do Colégio Militar do Ceará às Matemáticas. Era esta a única opção que eu tinha, em face das outras duas ofertas, que eram a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia.

O poeta, todavia, sobreviveu, e peço vênia para concluir com uma impertinência esta oração gratulatória. Trata-se de uma autodefinição minha sob forma poética (versos dodecassilábicos não alexandrinos) a saber:

Definição

Declaração testamentária do que eu tenho
(Faço-a, porém, sem nela ter nenhum empenho).

– A disciplina militar geometrizou
Meu pensamento, mas sei que algo me marcou:

Matiz local, cearensidade, telurismo
E um lastro cívico, ou comtista, ou de marxismo,

Sem que o sentisse, consentisse, ou pretendesse
(Talvez a vida me inculcasse um interesse).

O meu Colégio me plasmou um reverente
E a minha Escola me tornou irreverente.

Este o caráter que conservo e que pratico,
Em prol dos bons e contra os maus – e nisso eu fico.

Fortaleza, CE, 17 de novembro de 1995.